

POLÍTICA E OPINIÃO PÚBLICA



Esta sessão trata da nova composição do Congresso, que, embora tenha apresentado grande renovação, é o mais conservador de todos os tempos, com destaque para as principais bancadas formadas após as eleições. Também apresenta a nova formação ministerial do governo Bolsonaro anunciada até o momento.

Novo Congresso: mais fragmentado e conservador

As eleições de 2018 trouxeram uma importante renovação no Congresso Nacional. Das 513 vagas de deputados federais, 407 disputaram a reeleição, mas apenas 244 se reelegeram. Mais da metade (52%) dos eleitos para a legislatura de 2019 a 2022 será composta por deputados estreantes no mandato (269 deputados), ainda que muitos venham de outros cargos políticos tanto do Poder Legislativo quanto do Executivo. Desde 1994 não ocorria uma renovação tão expressiva.

Essa também será a legislatura mais fragmentada, com representação de trinta partidos, dois a mais que na última eleição, onde 28 partidos tiveram assento. O PT foi o partido que elegeu a maior bancada na Câmara de Deputados (56), cinco a menos que na composição anterior. O PSL terá a segunda maior bancada, composta por 52 deputados e é o partido que mais aumentou sua representação, com 44 parlamentares a mais que os oito que tinham na legislação atual.

O PP será o terceiro partido com mais deputados na Câmara (37), doze a menos do que os 49 que

possuía. MDB e PSD dividem a quarta posição, com 34 deputados, o MDB com redução de dezesseis deputados e o PSD de três, em relação aos 37 que tinha. Com um deputado a menos (33), o PR é o quinto maior partido na Câmara, tendo perdido sete, é seguido pelo PSB, com 32, com representação ampliada com mais seis. O PRB ficou na sétima posição, com trinta deputados eleitos, oito a mais do que os 22 que possuía na legislatura atual.

O PSDB foi o partido que sofreu maior perda no seu quadro de deputados federais, e caiu para oitava posição, com 29 deputados eleitos, vinte a menos do que os 49 que possuía, mesmo número de representantes eleitos pelo DEM, catorze a menos que os 43 que possuía.

Alguns partidos que não tinham e passaram a ter representantes no Congresso, como o Novo, que elegeu oito deputados, o PRP com quatro, o PMN com três, o PTC com dois, e o DC com um. Dos trinta partidos que elegeram parlamentares, nove não atingiram a cláusula de barreira e não receberão mais recursos do fundo partidário: PCdoB, Rede, Patri, PHS, PRP, PMN, PTC, PPL e DC.

A composição das bancadas e sua atuação

Apesar de o PT ter obtido o maior número de cadeiras na Câmara dos Deputados, o perfil do novo Congresso pode ser considerado o mais conservador, de acordo com suas pautas de atuação. O levantamento do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap) mostra que o grupo de deputados federais ligados à bandeira sindical e aos movimentos sociais terá uma redução de 50%, com o número de parlamentares caindo de 83 para quarenta deputados.

O crescimento da bancada evangélica nas eleições foi superior a 10%, registrando um aumento de 75 deputados eleitos em 2014 para 84 no último pleito. Na composição do Congresso, a bancada evangélica chega a pelo menos noventa parlamentares, contando com quatro senadores. Também de acordo com o Diap, integram a bancada evangélica não só os que ocupam cargos nas estruturas das instituições religiosas, como bispos, pastores, missionários e sacerdotes, mas também cantores gospel e os parlamentares que professam fé evangélica ou alinham seus votos por essa doutrina.

As duas principais agremiações evangélicas representadas entre os eleitos são a Assembleia de Deus, com trinta deputados eleitos, e a Igreja Universal do Reino de Deus, com dezessete. Além do número de parlamentares evangélicos eleitos, que alcançou seu maior patamar na história, destacam-se nesse grupo os campeões nacionais de votos, como os deputados Eduardo Bolsonaro e Joice Hasselmann, que juntos somaram mais de três milhões de votos, ambos ligados à Igreja Batista e filiados ao PSL-SP.

Somados à bancada evangélica, os católicos e grupos de direita conservadores nos costumes, a expectativa é que a rede de deputados simpatizantes da “bancada da família” possa chegar a 180 parlamentares.

Dos 261 parlamentares que compunham a bancada ruralista, uma das mais expressivas do Congresso, 199 parlamentares disputaram a reeleição, sendo 179 para uma vaga na Câmara e vinte ao Senado. O resultado para este segmento foi 104 parlamentares eleitos, 76 deputados federais e 28 senadores, segundo o Diap. Uma redução de quase 50% da bancada. Entre os deputados 45 foram reeleitos e 31 são novos.

Este pleito resultou também na eleição recorde de militares, que devem inflar a chamada “Bancada da bala”, formada por parlamentares que compõem a Frente Parlamentar de Segurança Pública e defendem o endurecimento do Código Penal e das políticas de segurança pública, que passará de 36 para 103 parlamentares na próxima legislatura, sendo 93 deputados e dez senadores. A expansão se deve a mais de quatro dezenas de deputados do PSL, de Jair Bolsonaro, que devem defender pautas como redução da maioria penal; revogação do Estatuto do Desarmamento, garantindo a qualquer cidadão o direito a posse de armas; revogação da Lei de Execução Penal, tornando mais rígidas a aplicação de penas e mais difíceis os indultos e saídas temporárias.

Entre todas as siglas, os candidatos com patente militar eleitos triplicaram em relação a 2014, chegando a 22. Em 2014, só oito deputados eleitos eram oriundos do meio militar, que inclui as Forças Armadas, a Polícia Militar e os Bombeiros.

Atualmente não existe uma bancada da bala no Senado. Isso deve mudar. Dois militares com patente foram eleitos, entre eles o Major Olímpio (PSL-SP), um dos membros mais destacados do grupo na Câmara. A bancada ainda deve contar com um dos filhos de Bolsonaro, Flávio, eleito senador pelo Rio de Janeiro. No total, cinco senadores eleitos já parecem afinados com os temas defendidos pelo núcleo ativo da bancada na Câmara.

É possível dizer que cerca de dois terços dos deputados eleitos para a próxima legislatura estão alinhados ao governo de Jair Bolsonaro. Nesse contingente, pode-se identificar um “núcleo duro” de 164 deputados eleitos que declararam apoio explícito ao ex-capitão do Exército, dos quais 22 (14% do núcleo duro) são oriundos das Forças Armadas (militares delegados e policiais).

Ainda, o novo Congresso é formado principalmente pelos donos das grandes fortunas. Entre o conjunto dos eleitos, 241 deputados (47%) declararam patrimônio superior a um milhão de reais. A reforma política manteve o peso do poder econômico como um fator relevante no direcionamento do processo eleitoral, em prejuízo dos estratos sociais de menor renda que continuam em muito sub-representados.

Mais de 80% dos deputados eleitos tem nível supe-

rior, sendo em sua maioria profissionais liberais: 26% são empresários, 20% são bacharéis em direito, 8% professores, 8% de médicos, além de radialistas, economistas e administradores de empresas. Cerca de 8% têm nível médio de escolaridade, 7% curso superior incompleto e 1,17% ainda são estudantes.

As mulheres ocuparão 15% das cadeiras da Casa, em comparação as 10% atuais. A bancada feminina na Câmara dos Deputados será composta por 77 parlamentares, hoje tem 51. Entre as eleitas, 43 ocuparão o cargo pela primeira vez. Na distribuição partidária, os partidos que dispõem de mais mulheres em suas bancadas são o PT, com dez, o PSL, nove, o PSDB, sete, o PR, seis, e o MDB, PSOL e PP, cinco.

Mais de 75% dos eleitos se declaram brancos e 20% se declaram negros ou pardos. Dos 513 deputados, 28 têm menos de trinta anos (a mais velha é Erundina com 83 anos, no sexto mandato consecutivo e a mais nova é Luísa Canziani, com 22 anos).

A composição do Congresso guarda uma ampla distância da composição da sociedade, tanto em relação ao perfil socioeconômico quanto aos interesses que representam. Se for essa a renovação esperada pelo eleitorado fica bastante evidente o caráter conservador que ela traz. Esse Congresso deverá atuar no sentido de promover mudanças legislativas regressivas e aprofundar o desmonte do Estado Social que vinha sendo erigido desde a Constituição de 1988. Cabe à oposição buscar base de apoio popular, fazendo pressão junto à população e organizações sociais para tentar barrar o governo na destruição dos direitos da população menos favorecida.

A formação ministerial do governo Bolsonaro

Em meio à transição de governo, Bolsonaro já indicou boa parte de seus ministros, além da fusão de ministérios. Para a Fazenda, conforme já anunciado na campanha, o economista Paulo Guedes, fundador do Banco Pactual, comandará a pasta, que também agrupará o Planejamento, Indústria e Comércio. Também na área econômica, o presidente eleito anunciou para o comando do Banco Central o diretor do banco Santander Brasil, Roberto Campos Neto. O avô do novo presidente do BC,

Roberto Campos, foi ministro do Planejamento do ditador Castello Branco e chegou a ser apelidado de “Bob Fields”, devido ao seu americanismo.

Na Casa Civil, foi escolhido o deputado reeleito Onyx Lorenzoni (DEM-RS), articulador político de Bolsonaro, relator do Projeto de Lei de iniciativa popular que englobava medidas de combate à corrupção defendidas pelo Ministério Público Federal e a Lava Jato. Lorenzoni chegou a confessar ter recebido caixa 2 do grupo JBS em sua campanha para deputado em 2014. Novo colega de Lorenzoni na Esplanada, o ex-juiz e futuro ministro da Justiça Sergio Moro chegou a afirmar que o deputado réu confesso por uso de caixa 2 teria “pedido desculpas”.

Moro, que condenou e prendeu o líder de todas as pesquisas de intenção de voto da eleição presidencial deste ano, ganhou de Bolsonaro o posto de ministro da Justiça, cuja pasta incorporará também o Ministério da Segurança Pública, criado por Michel Temer. O juiz já pediu exoneração, após garantir que os processos de Lula ficassem com sua juíza substituta, evitando que o caso fosse redistribuído. Para a Advocacia-Geral da União, foi escolhido André Luiz de Almeida Mendonça, pastor na Igreja Presbiteriana Esperança e assessor especial do ministro da Transparência e CGU. Na Corregedoria, até o momento, deve ser mantido o atual ministro Wagner Rosário, funcionário de carreira no órgão e ex-oficial do Exército.

Bolsonaro indicou militares para a Esplanada: para o Ministério da Defesa, o general da reserva Fernando Azevedo e Silva, assessor do presidente do STF, Dias Toffoli, e ex-comandante militar do Leste durante os Jogos Olímpicos de 2016. Havia a expectativa de que a pasta ficaria sob o comando do general Augusto Heleno, que chegou a ser convidado para a vice-presidência na chapa de Bolsonaro antes das eleições. Heleno comandará, no entanto, o Gabinete de Segurança Institucional (GSI), que engloba, entre outros órgãos, a Agência Brasileira de Inteligência (Abin) e a Secretaria de Assuntos de Defesa e Segurança Nacional. Já para o Ministério da Ciência e Tecnologia, indicou o tenente-coronel da Aeronáutica Marcos Pontes, primeiro brasileiro a viajar para o espaço, durante o governo Lula.

Para a Agricultura, foi indicada a deputada federal

Tereza Cristina (DEM-MS), líder da bancada ruralista, que presidiu a Comissão Especial do PL 6299, apelidado de PL do Veneno por flexibilizar as regras de controle de agrotóxicos. Para a Saúde, outro deputado do DEM do Mato Grosso do Sul: Luiz Henrique Mandetta, médico ortopedista, investigado por fraude em licitação, tráfico de influência e caixa dois durante a gestão da Secretaria da Saúde de Campo Grande. Mandetta também foi presidente do plano de saúde privado Unimed na capital sul-matogrossense.

No comando do Itamaraty, Bolsonaro colocará o recém-nomeado embaixador Ernesto Araújo, atual diretor do Departamento de Estados Unidos, Canadá e Assuntos internacionais do ministério. Em

seu blog, Araújo combate o que chama de globalismo e de influência do “Marxismo Cultural” que quer destruir os valores do ocidente. O nome que comandará a política externa brasileira foi indicado pelo escritor Olavo de Carvalho, que também indicou o ministro da Educação, o colombiano Ricardo Vélez Rodríguez. Bolsonaro havia escolhido dias antes o diretor do Instituto Ayrton Senna, Mozart Ramos, mas voltou atrás após veto da bancada evangélica. Braço direito de Bolsonaro durante a campanha, Gustavo Bebbiano ficará à frente da Secretaria-Geral da Presidência. Ainda não foram anunciados os nomes que ficarão responsáveis pelo Meio Ambiente, Cultura, Trabalho, Direitos Humanos e minorias, Turismo e Esportes.